

A Formação Profissional do Assistente Social*

*Maria Rachel Tolosa Jorge***

"Art. 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas" - LOAS, lei nº 8.742 de 7/12/93.

O convite para participar deste Colóquio oferece-me a oportunidade de retomar os estudos sobre uma questão que muito me interessa, pois a ela dediquei mais da metade do meu tempo profissional: a compreensão das diferenças e deficiências dos seres humanos e os esforços que se vêm fazendo para integrá-los à sociedade.

Ao assumir a docência em Serviço Social, trouxe comigo, da experiência vivenciada, o amadurecimento diante de situação de contrastes e de sofrimento pessoais e, principalmente, a vivência interdisciplinar numa área em que a busca científica e o grau de competência profissional se põem em condições de grandeza comparáveis aos países mais desenvolvidos.

Portanto, venho agradecer ao convite a mim dirigido, espero contribuir com algumas reflexões que venho desenvolvendo no processo de formação do profissional, aqui no Brasil conhecido como Assistente Social, mas, mundialmente reconhecido como Trabalhador Social.

1. Breves Referências ao Histórico da Profissão de Serviço Social

Vislumbrando a possibilidade de ocorrência de questões sociais que viessem a prejudicar o modo capitalista de produção, já em acelerado processo de crescimento no início deste século, a mesma sociedade que o concebeu e o sustentou teve que criar recursos e formar agentes sociais que viessem a atuar na minimização e mesmo na eliminação destas questões.

No ocidente europeu são iniciados programas de "superintendência" da vida operária, inicialmente executados por membros da família do proprietário das empresas capitalistas, quase sempre suas esposas ou filhas, que se dispunham a "educar" os operários e seus familiares, na ótica dos "bons costumes" e na disciplina para o trabalho.

Com o avanço tecnológico, associado aos problemas decorrentes das guerras e a qualidade de vida da população operária em declínio, o mesmo

RESUMO

O Serviço Social surge na Europa e nos EUA ao início do século XX com características próprias. No Brasil seu aparecimento data de 1936 com pressupostos doutrinários vinculados à dignidade humana e aos modelos funcionais e psicossociais.

Seu currículo hoje, contempla disciplinas específicas e estágios supervisionados.

Neste artigo o autor enfatiza a necessidade de vivência multidisciplinar, de conhecimento do ambiente em que atua e em que organização se insere.

UNITERMOS

Serviço Social.

* Trabalho apresentado em Colóquio Interdisciplinar no II Congresso Paulista de Neurologia e Psiquiatria Infantil - promoção ABENEPI - 27 de Novembro de 1994 - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

** Professora Assistente Doutora da FHDSS Faculdade de História, Direito e Serviço Social UNESP - Campus de Franca

grupo proprietário, associado ao Estado, estimulou a criação de serviços sanitários. Para sua criação, na contrapartida, foi necessário utilizar-se de pesquisas de campo para projetar ações de erradicação de doenças endêmicas, de controle das condições de insalubridade e de proteção à família operária, com vistas à reprodução da força de trabalho mais qualificada e mais produtiva.

Para este trabalho de campo, o agente social foi convocado, agora para tarefas de pesquisa "in loco", o que lhe deu o caráter de "visitador social". Deixa, então, um trabalho mais assistencialista e protetor e torna-se mais investigador e participante das propostas de intervenção comunitária. Desde então, é parceiro de profissionais da área de saúde: médicos, sanitaristas, enfermeiros. Aparece aí, a necessidade da formação de um agente social que apresente condições básicas no conhecimento das necessidades sociais e no seu trato profissional, o que leva à criação dos primeiros centros de formação¹.

No mesmo momento histórico, início do séc. XX, do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos da América encetavam seu ambicioso projeto de construção de grande nação. Pelas mesmas razões do ocidente europeu, acrescidas da necessidade de superar etapas na construção do seu próprio modo capitalista de produção, o Estado, aliado ao Capital e à Igreja, cria instrumentos legislativos e projeta rede de recursos para atendimento à infância, à família e aos imigrantes europeus. Reproduzem-se entidades de proteção judiciária a menores, de cuidados com a saúde e de atendimento familiar, inicialmente, nos mesmos moldes europeus².

Posteriormente, baseados em pesquisas próprias e com investimentos significativos do setor privado, são criados recursos sociais e centros de formação de agentes sociais, que pretendiam um Trabalhador Social apto a trabalhar nesses programas, o que lhe conferiu um perfil ora marcado por tendências "terapêuticas" vinculadas às explicações psico-sociológicas no trato com crianças e famílias, ora mais educativas quando compartilha de projetos junto aos centros de convivência, junto a paróquias e conjuntos habitacionais, em educandários e associações para juventude ou, ainda, em albergues e entidades para recolhimento de abandonados e doentes.

O aparecimento do Serviço Social no Brasil, em 1936, se deu a partir dessas duas influências: dado o vínculo com a Universidade de Louvain, na Bélgica, carregou seu ideário de pressupostos doutrinários vinculados à Igreja Católica, na época estimulando discussões e ações políticas, visando a justiça social e o atendimento das necessidades para garantia da dignidade humana. No aspecto mais científico, projetou sua ação baseada nos modelos investigativos de base positivista, que se

desenvolviam junto às famílias operárias e nos centros de formação vinculados à Igreja Católica³.

Da América do Norte, o Serviço Social Brasileiro absorveu os princípios da metodologia caracterizada pelos modelos "psicossociais" e "funcionais" que remetem à investigação e a ação profissional ao estudo do binômio "pessoa-situação"⁴. Estes vigoraram com bastante força até os anos 70, aproximadamente, quando o Serviço Social Brasileiro, na medida das condições políticas a que estava submetido o país, deu ênfase ao processo de "Reconceituação", nos moldes de seus vizinhos latino-americanos, revendo, sugerindo, descartando, negando e tentando recriar suas bases teórico-metodológicas.

Nesta época foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, também em São Paulo, na PUCSP (hoje também em outros centros universitários do país), onde foi possível garantir espaço para debates e sistematizações sobre o caminho percorrido pela profissão, sendo que, hoje, é considerado como o momento de afirmação da profissão, regulamentada desde 1954, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, legitimada através de sua ação, na maioria das vezes institucionalizada na esfera pública ou, então, com experiências pontuadas em entidades especializadas de caráter privado, como o caso do trabalho com pessoas deficientes ou especiais.

A formação profissional desse agente social - *Assistente Social* - vem, nesses 57 anos de existência da profissão, no Brasil, sofrendo revisões no seu projeto curricular, tanto por pressões de demandas sócio-institucionais à profissão, como por questões teórico-metodológicas geradas no interior das unidades de formação ou nos grupos organizados da categoria profissional.

2. A Configuração Atual do Saber e do Fazer Profissional do Assistente Social no Brasil

Atualmente considerada como disciplina profissional integrante do grupo das "Ciências Sociais Aplicadas"⁵, os Cursos de Serviço Social vêm se baseando em Currículo aprovado pelo MEC em 1982. Desde então, vem revisando seu curriculum na tentativa de aproximar o tempo de formação, constituído de 4 anos, na construção de um novo perfil profissional que venha a ser competente na investigação e na ação profissional e interessado, crítico e atuante no estudo das políticas

1 Para maior desenvolvimento deste tema, consultar: Verdés-Leroux, J.: "Trabalhador Social - Prática, Hábitos, Ethos, Forma de Intervenção". São Paulo, Cortez Editora, 1986.

2 Para avaliar a extensão deste projeto, deve-se conhecer a publicação clássica do Serviço Social: Richmond, M. - "Diagnóstico Social".

3 Para ilustrar essa afirmação, há que se recorrer ao Trabalho de Conclusão de Curso de Francisco de Paula Ferreira, em 1939. ESS. PUCSP

4 Aqui é importante ressaltar o trabalho da Profa. Dra. Ada Pellegrini Lemos, em sua tese de doutorado - PUCSP, 1971.

5 Conforme classificação proposta pelo MEC. Vide documentos do SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1992

públicas, neste momento conhecido como de "redemocratização" no nosso país.

Basicamente, o Currículo Mínimo contempla disciplinas das chamadas áreas básicas e profissionalizantes. Quanto às primeiras, são oferecidos conhecimentos teóricos nas disciplinas de Filosofia, Sociologia e Formação Histórica e Social do Brasil. Estas pretendem, em maior ou menor extensão e profundidade, de acordo com as diversas unidades de ensino da profissão que, no Estado de São Paulo, chegam a 22, oferecer ao estudante, conhecimentos que facilitem a leitura da realidade social e do desempenho humano nessa mesma realidade, historicamente situada.

O segundo grupo, conhecido como das disciplinas profissionalizantes, encerra conteúdos próprios da sistematização da profissão, durante seu percurso histórico. Aqui há um eixo de discussão em torno das questões Teórico-metodológicas que são remetidas à análise, a partir das vertentes funcional, fenomenológica e materialista-histórica, tendências essas que já têm produto teórico situado na profissão. Concomitantemente, o aluno recebe referências sobre Política Social, Planejamento Social, Investigação Social, Direito e Legislação Social e Administração em Serviço Social, com o objetivo de melhor instrumentá-lo para a ação.

Durante os dois últimos anos de curso, os estudantes são obrigatoriamente colocados em estágios supervisionados em entidades sociais, com acompanhamento sistemático das unidades de ensino.

Após debates organizados pelos órgãos responsáveis pelo ensino da profissão, vêm se estabelecendo alguns eixos temáticos imprescindíveis à formação do Assistente Social, que não se excluem, tais como:

- a questão da Assistência Social que, antes considerada como má extensão da filantropia, hoje se converte na busca dos chamados "mínimos sociais" de direito do cidadão e de dever do Estado. O estudo das ações relativas à prestação da Assistência Social ganha importância com a Carta Constitucional de 1988 e é retomada com a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, em 7/12/93. No seu conteúdo são identificadas, entre outras, tarefas que condizem com o perfil esperado do atual profissional de Serviço Social: planejar e avaliar programas e projetos, desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar análises e ações interventivas, coordenar e manter atualizado cadastro de entidades sociais, articular serviços para entrosamento de políticas setoriais, mobilizar a participação da população usuária em organizações representativas na formulação de políticas sociais em vários níveis⁶.

- o estudo sobre o Cotidiano, situado por AGNES HELLER⁷, como a "vida do homem inteiro,... nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos,

todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias...". São consideradas "partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio..."

Especialmente neste colóquio, saliento a dimensão das relações do homem no grupo, onde ele, na sua *cotidianeidade*, apreende e amadurece formas de intercâmbio e comunicação social. O relacionamento entre indivíduo e grupos "estabelece mediação entre esse indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores... A vida cotidiana é histórica, é a vida do indivíduo como ser particular e como ser genérico. Como ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano" (HELLER, 1985, p.19 a 21).

Acompanhando o pensamento de FALCÃO⁸, recupero alguns elementos que propõem a identidade do Assistente Social como "mediador privilegiado" nas relações entre a população e o Estado. A especificidade de sua ação "está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas da classe formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade" (FALCÃO, 1987, p.50 e 51). As atividades do Serviço Social se colocam em dois níveis de mediação: a passagem da exclusão para a inclusão e usufruto dos bens e serviços da sociedade e a apreensão, a nível da consciência, das relações determinantes entre o destino singular, sentido e vivido por cada homem, em relação aos grupos a que pertence.

3. Algumas Questões Relacionadas ao Serviço Social junto ao Portador de Deficiência e/ou Problemas de Ordem Neuro-psiquiátrica

Especialmente neste colóquio, venho apresentar alguns pontos para reflexão na formação do Assistente Social:

- a necessidade de vivenciar *atitude interdisciplinar* tanto na apreensão quanto na intervenção junto ao portador, à sua família, aos grupos sociais e, na extensão, na participação junto a projetos e movimentos coletivos. Essa atitude deve propiciar troca de "saberes", em um processo cooperativo entre as diversas áreas disciplinares envolvidas, cabendo ao Serviço Social oferecer elementos observados do seu ângulo de visão, a

⁶ Vide LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

⁷ Vide Heller, Agnes: "O Cotidiano e a História", Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, Filosofia, 1985, p. 17 e 18.

⁸ Netto, J.P. e Falcão, M.C.: "Cotidiano: conhecimento e crítica", São Paulo, Cortez Editora.

partir de sua posição na divisão social do trabalho, em busca da unidade do Saber e na facilitação da Troca.

- a necessidade de conhecer o *cenário* em que se manifestam as múltiplas ações políticas, profissionais, e administrativo-burocráticas - a *organização*. Cabe ao Assistente Social aprender a reconhecer o jogo de forças que se processa nesse espaço para atuar, buscando a redução de tensões, a construção de projeto comum, incluindo sempre, a participação do seu maior interessado, o usuário, ao cidadão que tem direito, não só aos serviços, mas aos melhores serviços que possam ser prestados.

- a necessidade de perceber e compreender o significado do que é ser especial, deficiente ou diferente, numa sociedade que tem seus parâmetros construídos no modo capitalista de produção. Conhecidas as características biológicas, neurológicas e psíquicas nas áreas competentes, cabe ao Assistente Social colaborar para com o entendimento interdisciplinar da questão, oferecendo elementos de análise sobre a visão que a sociedade cria e reproduz sobre os elementos que dela não participam como ativos economicamente mas, dependentes e incapazes de cuidar de sua própria subsistência. Historicamente, quem vem decidindo se "autoriza" a inserção no mercado de trabalho do portador de deficiências, é o proprietário, o empregador, que também abre concessões. Torna-se imprescindível que os próprios portadores ou aqueles que lhe servem como mediadores, como o profissional de Serviço Social, facilitem o debate sobre a questão, em espaços públicos: organizações empresariais, sindicatos, órgãos legislativos, visando a garantia de seus direitos como cidadãos, ainda que "não produtivos", nos moldes operados pela sociedade.

Concluindo, diante da amplitude da tarefa que cabe ao Assistente Social, sua capacitação deve extrapolar o tempo de graduação. É imperioso que se processem supervisões, assessorias e frequência a cursos de pós-graduação.

SUMMARY

The social working appeared in Europe and USA in the beginning of XXth century with personal features.

In Brazil, its start on the year of 1936 with this theory linked to human dignity and functional and psychosocial models.

Today, it's curriculum consists of specific matters and supervised works. In this article the author emphasizes the need of multidisciplinary experience, the environmental understanding and the organizational knowledge.

KEY WORDS

Social working.

Bibliografia

1. HELLER, A.: "O Cotidiano e a História", Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra - Filosofia, 1985
2. Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Jornal do CRESS, Março/Abril, 1994
3. MARSIGLIA, R.G. e outros: "Saúde Mental e Cidadania". São Paulo, Mandacaru / Plenário de Trabalhadores em Saúde Mental, 1987.
4. NETTO, J.P. e FALCÃO, M.C.: "Cotidiano: conhecimento e crítica", São Paulo, Cortez Editora, 1987.
5. SÁ, J.L. Martins (organizadora) "Serviço Social e Interdisciplinaridade - dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão", São Paulo, Cortez Editora, 1989.
6. SPOSATI, A.O. (coordenadora): "Carta-tema. A Assistência Social no Brasil", 1983 - 1990, São Paulo, Cortez Editora, 1991.
7. VERDÉZ-LEROUX, J.: "Trabalhador Social - Prática, Hábitos, Ethos, Formas de Intervenção", trad. René de Carvalho, São Paulo, Cortez Editora, 1986.